

# A democracia viva do voto aberto

**Rubem Azevedo Lima**

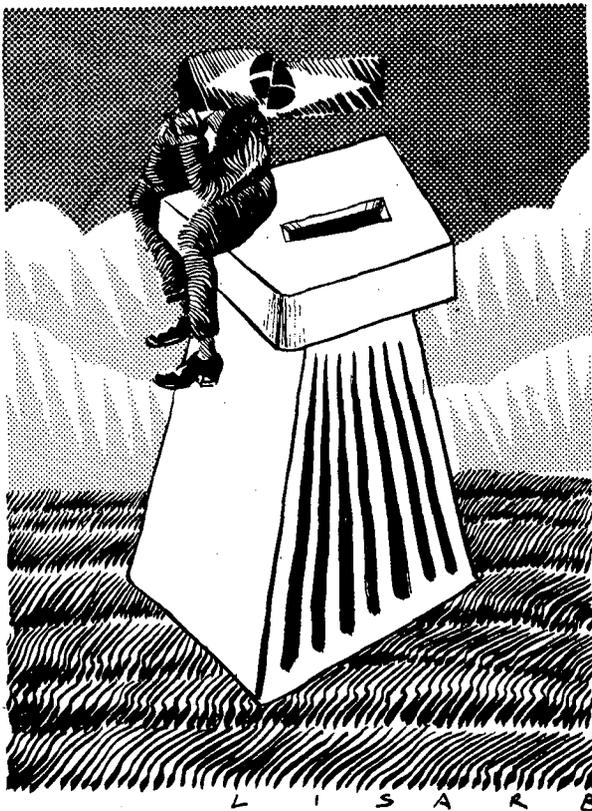
Poucos parlamentares estão interessados em fazer parte da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, na qual, em anos anteriores, postulavam as reivindicações legítimas de suas bases eleitorais, vale dizer: sem nenhuma conotação de vigarice. Entende-se perfeitamente esse desinteresse. Apesar da importância que tem, a comissão desmoralizou-se, depois da descoberta das irregularidades ali praticadas por muitos de seus integrantes e por políticos influentes. Em tais condições, integrá-la, agora, significaria, para os deputados que pretendem reeleger-se, a derrota quase certa nas eleições de 3 de outubro.

Enquanto isso acontece na Comissão de Orçamento, deputados de vários partidos querem que seus líderes os transfiram para a Comissão de Justiça, ao ser reformulada a composição dos órgãos técnicos da Câmara, em fevereiro próximo.

Trata-se de uma das comissões com maior sobrecarga de trabalho, pois por ali transitam praticamente todos os projetos legislativos. De seus componentes exige-se, em consequência, muita dedicação e competência, que podem projetá-los na Câmara ou no âmbito partidário, mas, em geral, não rendem muitos votos nas eleições. Afinal, o cumprimento correto dos deveres parlamentares sempre tem menos espaço na mídia eletrônica e impressa do que a produção de escândalos.

O objetivo aparente dos que lutam por vagas na Comissão de Justiça é participar do julgamento de

seus pares, envolvidos nas irregularidades apuradas pela CPI do Orçamento. Ali, ao votarem, pela condenação ou absolvição dos chamados anões do Orçamento, os deputados emitirão votos públicos, diante das câmaras de televisão, dos microfones das rádios e dos flashes fotográficos. Tais votos poderão consagrá-los ou perdê-los política e eleitoralmente. Já no plenário da Câmara, por imposição constitucional, a votação das conclusões da CPI, pedindo a cassação dos corruptos, será secreta.



Portanto, como não há caso de deputados que cometam **harakiri** político, é de se presumir que os interessados em votar publicamente, na Comissão de Justiça, pretendam atender tanto aos aspectos jurídicos dos processos de cassação de mandatos dos colegas acusados de corrupção, quanto às aspirações da opinião pública, nesse assunto.

A votação a descoberto do caso do Orçamento lembra aspectos de fato edificante ocorrido na Espanha pré-

franquista. No auditório da Universidade de Salamanca, em sessão de homenagem ao dia da raça, adeptos fanáticos do falangismo antidemocrático aplaudiam, com o grito de guerra da Falange, “Viva a morte!”, cada palavra do pronunciamento que o general falangista Milán Astray fazia na ocasião. O humanista Miguel de Unamuno, reitor da universidade, falou em seguida, estranhando os aplausos falangistas. “Ouvi — começou ele — gritos insensatos de vivas à morte. Em toda a minha vida cultivei paradoxos. Como especialista no assunto, devo dizer que o bárbaro paradoxo aqui ouvido me repugnou.” Depois, referindo-se a Astray, mutilado de guerra, criticou os que “pareciam querer também impor mutilações a seus semelhantes”. O general cortou a fala de Unamuno, gritando o mais alto que pôde, para todo o auditório ouvi-lo, apesar dos aplausos da Falange: “Abaixo a inteligência! Viva a morte!”

Refeita a ordem, Unamuno concluiu: “Estamos num templo da inteligência e vós o profanais. Haveréis de vencer, pois tendes a força, mas não convencereis, porque, para convencer, é preciso persuadir e a persuasão exige atributos que não possuis: razão e direito”.

Confirmaram-se as previsões de Unamuno e os gritos necrófilos da Falange. Milhares de espanhóis morreriam na guerra civil que teve como símbolo de denúncia contra a violência a “Guernica” de Picasso.

Os votos abertos devem implicar a perda de mandatos dos “anões” do Orçamento e abrir caminho para a punição de outros envolvidos no episódio. Será a vitória da razão contra a violência das lesões causadas ao Erário. Na prática, representará a morte política de quem não honrou a vida pública. Tudo, porém, sem a implicação macabra da saudação falangista. Pelo contrário: o processo de votação aberta pode representar o renascimento do Congresso como instituição viva da democracia. Portanto, viva a vida!

■ Rubem Azevedo Lima é jornalista